



FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES – FAPS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS
ATA Nº 02/2026

Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e seis, às nove horas e trinta minutos, na Sala de Reuniões – virtual, realizou-se reunião ordinária do Comitê de Investimentos. Registrou-se a presença do Presidente do IPAM, Sr. Gustavo da Silva Machado, do Diretor Financeiro, Sr. Vinícius de Vargas Bacichetto, da Tesoureira do FAPS, Sra. Luciane Maraschin e dos representantes do Conselho Deliberativo, Sr. Auro Luis da Silva e Sra. Livia Cristina Brum Ries. Como pauta da reunião foram abordados os seguintes temas: a) apresentação do relatório de gestão dos meses de Dezembro/2025 e Janeiro/2026; b) valores e taxas dos títulos públicos comprados em janeiro/2026; c) autorização de investimentos nos fundos autorizados para o IPAM-FAPS, de acordo com a Resolução do CMN n.º 5.272/2025: 11.061.230/0001-87 - Caixa Topázio Corporativo Referenciado; 05.164.356/0001-84 - Caixa Brasil Títulos Públicos; 04.857.834/0001-79 - BB Tesouro Selic Renda Fixa e 21.743.480/0001-50 - Banrisul Absoluto; d) assuntos gerais. Vinícius iniciou a reunião informando aos mesmos que, devido à nova Resolução n.º 5.272/2025 do CMN, a presente reunião focaria em analisar o comportamento da carteira do FAPS, dos índices econômicos e tratar das demais pautas. Desta forma, Vinícius iniciou apresentando o Relatório Gerencial do FAPS referente ao mês de Dezembro/2025. Vinícius começou falando que o mês de dezembro encerrou com um montante de R\$ 794.474.028,99, incluindo valores de investimentos e de contas-correntes. Em comparação com o mês anterior, Vinícius comentou que houve um acréscimo de mais R\$ 21 milhões de reais. Deste valor, R\$ 7.131.949,50 são oriundos de rentabilidade dos investimentos do FAPS e o restante de receita financeira. Vinícius aproveitou para fazer um balanço do comportamento da carteira, em relação aos rendimentos do ano de 2025. Destacou que no primeiro semestre de 2025, o FAPS acumulou R\$ 42.446.277,76, e no segundo semestre R\$ 40.811.032,58, encerrando o ano de 2025 com rentabilidade acumulada de R\$ 83.257.310,34. Vinícius lembrou sobre o desempenho de alguns índices econômicos. O principal deles foi o IRF-M, que, ao longo do ano, já vinha apresentando rentabilidade superior em relação aos seus pares. Também lembrou que em alguns momentos a Assessoria Financeira indicou o resgate do recurso em fundos atrelados ao IRF-M e aplicação em títulos públicos, no entanto o Comitê entendeu que não era oportuno. O resultado é que o IRF-M encerrou 2025 com acumulado de 18,22%, seguindo pelo IMA Geral com 14,83% e o CDI com 14,31%. Já em relação à meta atuarial, a carteira do FAPS rentabilizou 12,20% no ano contra a meta atuarial de 9,52%, apresentando rentabilidade superior de 2,68%. Em relação ao relatório de janeiro de 2026, o destaque foi dado ao rendimento das aplicações financeiras de R\$ 10.592.807,63, sendo que o mês encerrou com acumulado de R\$ 814.199.804,56, isso significa rendimento próximo de 1,3% no mês. Em comparação com o mês anterior, o aumento financeiro foi de R\$ 19.725.775,57.



Ainda, em comparação com a meta e o desempenho da carteira do FAPS, registou-se meta atuarial de 0,80% e desempenho dos investimentos do FAPS de 1,31% no mês, novamente uma rentabilidade superior à meta de 0,51%. Por outro lado, Vinícius destacou que o ano está apenas iniciando e que por se tratar de ano eleitoral, a situação pode trazer maior volatilidade ao período., situação que traz mais volatilidade no período. Por fim, se verificou o comportamento dos índices de referência. O IRF-M apresentou desempenho de 1,96%, o IMA Geral de 1,31% e o CDI de 1,16%. Como segundo ponto de pauta, os membros do Comitê foram informados da operacionalização da compra de títulos públicos realizados em janeiro. Assim, a compra dos dois lotes de títulos públicos NTN-B 2055 foi realizado com taxa de 7,1060%+IPCA, via Banco do Brasil, totalizando R\$ 95 milhões de reais, aproximadamente. Esta compra foi realizada no dia 27/01/2026. Em relação à compra do dia 28/01/2026, o papel adquirido foi de NTN-B 2040, com taxa de 7,36%+IPCA, realizada via Caixa Econômica Federal, no montante aproximado de R\$ 30 milhões de reais. Recorda-se que as taxas mínimas para compra indicadas pelo Comitê de Investimentos, eram de 7,05%+IPCA para o papel NTN-B 2055 e de 7,25%+IPCA no papel de NTN-B 2040. Por fim, trata-se do terceiro ponto de pauta que é a autorização para aplicação em fundos novos. Vinícius comentou que na última reunião do Comitê de Investimentos se abordou e se debateu o tema da nova Resolução n.º 5.272/2025 do CMN. Na oportunidade, se comentou que o FAPS, como Ente sem adesão ao programa Pró-Gestão, estaria enquadrado para aplicar em fundos de investimentos limitados. Na época se falou sobre os possíveis fundos, porém não ficou registrado formalmente em Ata, a autorização para aplicação. Desta forma, fica formalmente registrado e autorizado nesta Ata. Assim, se pediu aprovação dos membros para realização de investimentos nos únicos fundos, até o momento, autorizados a receber recursos do FAPS, que são: 11.061.230/0001-87 - Caixa Topázio Corporativo Referenciado; 05.164.356/0001-84 - Caixa Brasil Títulos Públicos; 04.857.834/0001-79 - BB Tesouro Selic Renda Fixa e 21.743.480/0001-50 - Banrisul Absoluto. Vinícius comentou que a Caixa possui dois fundos que se enquadram na limitação do FAPS: o fundo Topázio ficou enquadrado em 12 de fevereiro de 2026, sendo que desde a vigência da nova Resolução, até esta data, estava autorizado e atendia aos requisitos e o Fundo Caixa Brasil Títulos Públicos. Os demais bancos já estavam com os fundos enquadrados. Lívia concordou em já deixar autorizado todos os fundos possíveis, mesmo que não recebam investimentos de imediato e comentou, ainda, que o movimento de compra de títulos públicos, em janeiro, também foi positivo, pois as taxas vieram caindo após a aquisição dos papéis. Luciane complementou que aprova o cadastro dos novos fundos e aplicação dos recursos neles, pois até o FAPS não ter o retorno da consulta realizada no GESCON, sobre o uso de plataforma eletrônica nas compras de títulos públicos, os fundos novos vão aumentando o volume de recursos aportados e aumentando o volume de recursos acima do percentual mínimo de liquidez. Porém, são fundos com rentabilidade limitada, quando se tiver o retorno do GESCON e o FAPS puder comprar novos lotes de títulos, ela sugere que se realize a devida compra dos papéis, buscando minimizar o impacto do rendimento que está se deixando de auferir no período que não se tem a certificação do Pró-Gestão. Uma vez enviada as lâminas dos fundos da CEF, de forma antecipada para análise, os membros aprovaram por unanimidade a autorização do credenciamento e possível



investimento nos fundos citados. Por fim, em assuntos gerais, Gustavo comentou sobre o andamento para a implantação do Pró-Gestão. Comentou que foi apresentada uma empresa para o Conselho Deliberativo, para a Presidência do IPAM e a Diretoria Financeira. Após o aval do Conselho Deliberativo, se deu andamento para a contratação da empresa. Comentou, também, que a contratação da empresa terá um investimento de, aproximadamente, R\$ 30 mil reais, e que este valor retornará quando o FAPS estiver habilitado a investir em fundos que contemplem o Nível II do Pró-gestão. Acrescentou falando que, de forma concomitante à implantação, será dado o *start* para o Censo Previdenciário em colaboração com a Prefeitura, tendo em vista que é um item de avaliação obrigatória para o programa. Segundo o Gustavo, a implantação se dará em torno de 4 a 6 meses iniciando em março e concluindo em setembro, como projeção. Gustavo parabenizou a equipe pelas tomadas de decisões realizadas ao longo de 2025 e disse que o resultado da rentabilidade também é uma prova da gestão, cuidado e zelo que os membros têm com o recurso do FAPS. Auro também parabenizou todos os participantes. Para concluir, Vinícius disse que enviará a Ata e junto os arquivos de gestão para leitura dos membros. Auro justificou a ausência na reunião de março, pois estará de férias. Nada mais havendo a relatar eu, Vinícius de Vargas Bacichetto, encerro a presente Ata que será assinada por mim e pelos demais membros do Comitê de Investimentos. Esta Ata também serve como atestado de participação na reunião para fins de ausência laboral.